

A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE PATO BRANCO

Marlete Turmina Outeiro¹

Iara Lucia Tecchio Mezomo²

A merenda escolar, assegurada pela Constituição Federal de 1988 é um direito de todos os estudantes em idade escolar. Conforme a lei nº 11.947/2009, as escolas de educação básica devem assegurar, pelo menos até o nono ano, dentre outros fatores, programas suplementares de alimentação (BRASIL: Lei nº 11.947/2009).

A alimentação escolar se insere no fortalecimento da agricultura familiar. Esta (agricultura familiar) por sua vez tem como embasamento a lei nº 11.326/2006. A referida Lei caracteriza como agricultor familiar, aquele que possui pequena propriedade de terras e as atividades são desenvolvidas pelo grupo familiar (BRASIL: Lei nº 11.326/2006). Tal lei é parte

Portanto, a relação entre agricultura familiar e merenda escolar constitui temática desta pesquisa, considerando basilar o desenvolvimento de alimentação saudável e adequada, que compreendem aquisição de alimentos associados à valorização das tradições e os hábitos alimentares, vinculados ao estímulo local e regional.

O emprego de uma alimentação saudável não é realidade a toda a população, grande parcela do público em idade escolar, tem a merenda na escola como principal fonte de nutrição. Conforme a Resolução nº 26 de 17/06/2013 “o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, [...] contribui para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e melhoria do rendimento escolar” (BRASIL: Lei nº 26 de 17/06/2013). Sendo assim, a qualidade nos alimentos está apoiada pela produção da agricultura familiar.

Por outro lado, a previsão de demanda da agricultura familiar pode afetar no abastecimento para a sociedade, em específico, neste estudo, para a merenda escolar. Nesse

¹ Graduada em Pedagogia, com especializações em Alfabetização e Gestão e Administração em EAD, mestre em Desenvolvimento Regional. Email: marlete.outeiro@gmail.com

² Graduada em Pedagogia, com especialização em Educação Profissional e Gestão Escolar. Assistente de Chefia no NRE Pato Branco. Em-mail: yaratecchio@gmail.com

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGED
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

sentido, a pesquisa pretende responder: qual a influência da agricultura familiar para a merenda escolar?

Com isso, o objetivo deste estudo consiste em compreender o desempenho da agricultura familiar para a merenda escolar.

Dessa premissa, acredita-se na relevância da pesquisa, pois grande parcela da população do meio rural produz alimentos inseridos na agricultura familiar. Portanto, a origem aliada à qualidade nos alimentos que implicam o cardápio da merenda escolar, valorizados pela produção da agricultura familiar e pela relevância de caráter social, essencialmente estabelece uma relação de ambiente sustentável na comunidade onde a produção rural familiar em que a merenda escolar se origina. Dessa forma tanto nos aspectos, científicos, econômicos, sociais e ambientais são potencializados na aproximação entre eles.

Para tanto, a metodologia utilizada tem como características: a pesquisa aplicada, seus fundamentos conceituais correspondem a revisão de literaturas; caracteriza-se pelo tipo descritivo, a fim de compreender como o desempenho da agricultura familiar influencia na merenda escolar; define-se pela coleta de dados qualitativos, através da pesquisa estudos já realizados sobre a temática, em específico na região de abrangência do município de Pato Branco-PR, e para discutir conceitos fundamentais para o resultado do estudo, dentre eles: políticas públicas, agricultura familiar e alimentação escolar.

Políticas públicas, segundo o entendimento de **Souza (2006)**, compreende as atividades governamentais desenvolvidas diretamente ou a partir de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos. Para o autor, o papel da política pública implica na solução de problemas presentes em um determinado contexto, sobretudo, acerca de interesses, preferências e ideias. Estas por sua vez, influenciam na economia e nas sociedades.

Sousa Santos (2006) complementa ressaltando a importância das políticas educacionais, sobretudo, as emancipatórias. Para ele, é a possibilidade de ultrapassar as barreiras das diferenças.

Todavia, essa discussão pode ser analisada na lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, cuja temática estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares Rurais e na Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, discorre sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, ainda na Lei nº 11.947, de 16 de junho de

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

2009, relativa a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O PNAE consiste de um programa implementado pelo governo federal com o propósito de repassar aos estados e municípios e escolas federais, valores efetuados em 10 parcelas mensais, a fim de garantir 200 dias letivos (fevereiro a novembro). O valor corresponde ao número de estudantes matriculados em cada rede de ensino. O acompanhamento de sua efetivação é acompanhado pela sociedade, através dos Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, pelo FNDE, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Desse valor, 30% é investido na compra de produtos da agricultura familiar (FNDE, c2017).

A agricultura familiar pode ser caracterizada pela forma de administração e cultivo da terra, como mão de obra pelos membros da própria família. São as pequenas propriedades de terras responsáveis pela subsistência do produtor rural, assim como ao mercado interno do país. Esse modelo de produção se diverge das grandes produções do agronegócio, ao contrário dos grandes produtores, a agricultura familiar produz diversificados tipos de produtos, como: arroz, feijão, milho, entre outros.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2017 a agricultura familiar constitui de 77% dos estabelecimentos agropecuários. Ainda, conforme a mesma pesquisa, 23% da área dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar. Ressalta que 10,1 milhões de pessoas são empregadas através da agricultura familiar.

Alimentação escolar compreende como “todo o alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL: Lei nº 11.947/ 2009, p. 1). A referida lei menciona que os alimentos a serem oferecidos devem apresentar variedades, qualidades e respeitem “a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis” (p. 1).

Conforme o mesmo documento, todos os alunos da educação básica têm direito a uma alimentação saudável, cabendo ao Estado o dever de promover e incentivar. Este incentivo pode ser analisado na Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, que trata do atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Este por sua vez, tem por objetivo “contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos”

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

(BRASIL: Resolução nº 08/2020, p. 2). Ainda destaca o apoio ao desenvolvimento sustentável, levando em conta as especificidades locais e produzidos pela agricultura familiar.

Pato Branco, região sudoeste do Paraná se destaca na produção de panificados, hortícolas orgânicas e convencionais. Está presente também o desenvolvimento dos laticínios, conservas, mel e carne e seus derivados. Segundo pesquisas realizadas por Bertol (2019, p. 78) os dados mostram que “40 agroindústrias familiares inativas, 37 delas desistiram do processo e apenas 03 delas tornaram-se empreendimentos do agronegócio convencional ou não familiar”, justifica-se estes índices por consequência ao grau de inovação aplicadas de forma empreendedora, estas interferiram no desenvolvimento e na cadeia produtiva da agricultura familiar.

De acordo com pesquisas realizadas por Bertol (2019), Pato Branco apresenta um panorama diversificado de produção da agricultura familiar. Demonstra concentração na cadeia de hortícolas, junto aos orgânicos. Estas por sua vez permitem especial participação na economia e na sustentabilidade. É de importante contribuição os produtos das agroindústrias de panificados, destacando-se nas iniciativas do gênero feminino, cujo consumo possibilita fornecimento para a merenda escolar, através dos programas do PAA e PNAE.

As demais cadeias demonstram dificuldades para sua produção, um dos motivos é o alto índice de manutenção e cuidados, especialmente os de origem animal, onde exigem cuidados higiênicos sanitários mais específicos, também pela necessidade de maior demanda de mão-de-obra.

Deste cenário, é de compreensão a relação entre Freire (1979, p. 20) e o desenvolvimento sustentável local, quando ele diz que “o homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade”. Vale salientar também Mészáros (1930, p. 53) “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Para ele, muito dos processos de aprendizagens estão situados fora do espaço escolar. Para o autor, “felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal” (p. 53).

Sendo assim, esse conhecimento é essencial para compreender a importância da produção de alimentos advindos da agricultura familiar.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Palavras-chave: **Políticas Públicas. Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Desenvolvimento.**

Referências:

BERTOL, Rodrigo. A configuração histórico-atual das agroindústrias familiares e sua contribuição no desenvolvimento rural de Pato Branco, Paraná. 2019. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4573>. Acesso em: 16/10/2020.

BRASIL: Lei 11.957/2009. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11957.htm. Acesso em: 28/09/2020.

BRASIL: Lei nº 11.326/2006. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 28/09/2020.

BRASIL: Resolução nº 26 de 17/06/2013. **Atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Conselho Deliberativo, 2013. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/958.pdf>. Acesso em: 28/09/2020.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação, c2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 22/10/2020.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

GUIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000. ISBN 978-85-01-05863-8. Disponível em: <http://files.emeb-estancia.webnode.com/200000057-444144632c/mundo-em-descontrole-antony-gidenns.pdf>. Acesso em: 28/09/2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 28/09/2020.

MÉSZÁROS, István. Educação para além do capital. 2.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho). Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf>. Acesso em:

Programas organizadores



III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

05/10/2020

SHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n° 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso em: 29/09/2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Ca. 8 **A construção Intercultural da Igualdade e da Diferença**. In: SOUZA SANTOS. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 29/09/2020.

Programas organizadores



UNIDESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação